

(IN) COESÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS LOTEAMENTOS DE ACESSO CONTROLADO

(IN) COESIÓN SOCIAL: UN ESTUDIO SOBRE LA PARCELACIÓN DE ACCESO CONTROLADO

SOCIAL (IN) COHESION: A STUDY ON PARCELLING OF CONTROLLED ACCESS

BARROS, ALICE DE ALMEIDA

Mestre em Dinâmicas do Espaço habitado (UFAL), doutoranda do Programa Cidades (UFAL); docente UFAL; e-mail barros_alice@hotmail.com.

LIMA, SUZANN FLÁVIA CORDEIRO DE

Doutora em Psicologia (UFPE), docente graduação e pós-graduação UFAL; suzanncordeiro@fau.ufal.br

PEDROSA JÚNIOR, JOSÉ LUIZ CAVALCANTI

Graduação em Direito (UNIT-AL); jlcpedrosajr@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata sobre relações de vizinhança existentes no interior de empreendimentos residenciais delimitados por muros, na cidade de Arapiraca, Alagoas, e apresenta resultados de pesquisa de doutorado em finalização. O trabalho encontra-se dividido em quatro partes. O item 2, 'teorias e conceitos', apresenta a definição de loteamento de acesso controlado (LAC) que nasce conforme lei de parcelamento do solo nº 6.766/1979, mas sofre transformações sendo reconhecido na lei 13.465/2017. Traz, ainda, a definição de coesão social, integração existente entre pessoas, que é baseada em afinidades e expectativas compartilhadas, inserindo a teoria de Bronfenbrenner. O item 3 caracteriza Arapiraca, cidade onde aconteceu o estudo. No item 4 é apresentado o estudo de campo com detalhes do método e principais resultados obtidos: pesquisa documental e observação realizados em sete LACs e entrevistas que aconteceram em dois deles. Finalmente, o item 5 expõe reflexões e palavras finais relacionando os conceitos estudados à investigação de campo. Com base na mensuração dos componentes da coesão social e sua sistematização a partir de Bronfenbrenner constata-se baixo nível de coesão social entre moradores dos dois LACs onde foram coletados os dados. Ainda que os conflitos sejam controlados, a interação entre vizinhos é limitada: eles dizem confiar uns nos outros, mas não se mobilizam em prol de benefícios coletivos e, com isso, não há elementos para afirmar que eles se identificam com o lugar de morar.

PALAVRAS-CHAVE: loteamento de acesso controlado; coesão social; Arapiraca.

RESUMEN

Este artículo trata sobre las relaciones de vecindad dentro de complejos residenciales acotados por paredes en la ciudad de Arapiraca, Alagoas, y es resultado de una investigación doctoral en finalización. El trabajo está dividido en tres partes, la primera se titula Teorías, conceptos y ciudad y presenta la definición de parcelación de acceso controlado (LAC) que nace de acuerdo con la ley de parcelación de tierras nº 6.766/1979, pero que se convierte siendo reconocida en la ley 13.465/2017. Presenta, también, la definición de cohesión social, que es la integración entre personas, que está basada en afinidades y expectativas compartidas, inserta la teoría de Bronfenbrenner. La cohesión y PAC se estudiarán en Arapiraca y esta primera parte concluye con la caracterización de la ciudad. La segunda parte presenta estudios de campo con detalles de investigación documental y observación aplicada en siete PAC y entrevistas que tuvieron lugar en dos de ellos. La tercera parte del artículo expone reflexiones y palabras finales que relacionan los conceptos estudiados y cómo fueron investigados en el campo. Con la medición de los componentes de cohesión social y su sistematización basada en Bronfenbrenner, se observó un bajo nivel de cohesión social entre los residentes de los dos PAC donde se coleccionaron los datos. Aunque los conflictos están controlados, la interacción entre vecinos es limitada: dicen que confían el uno en el otro, pero no se movilizan para obtener beneficios colectivos y, como tal, no hay elementos para afirmar que se identifican con su lugar de residencia.

PALABRAS CLAVES: parcelación de acceso controlado; cohesión social; Arapiraca.

ABSTRACT

This article deals with neighborhood relationships within residential developments bounded in the city of Arapiraca, Alagoas. It results of a doctoral research (in ending phase). The work is divided into three parts, the first is entitled theories, concepts and city and presents the definition of parcelling of controlled access (PCA). It arises according to the law nº 6.766 / 1979, but it turns in other type being recognized in law 13,465 / 2017. The section presents the definition of social cohesion, which is the integration between people, that is based on shared affinities and expectations, inserting Bronfenbrenner's theory. Cohesion and PCA will be studied in Arapiraca and this first part concludes with the characterization of the city. The second part presents field studies with details of documentary research and observation applied in seven LACs and interviews in two of them. The third part of the article exposes reflections and final words relating the concepts studied and how they were investigated in the field. With the measurement of the social cohesion components and their systematization based Bronfenbrenner, a low level of social cohesion was observed between residents of the two LACs where the data were collected. Although conflicts are controlled, interaction between neighbors is limited: they say they trust each other, but they do not mobilize for collective benefits and then there are no elements to claim they identify with the place where they live.

KEYWORDS: parcelling of controlled access; social cohesion; Arapiraca.

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado (em fase final) sobre os empreendimentos fechados de uso residencial implantados na cidade de Arapiraca, Alagoas. No município há crescimento da implantação de comunidades cercadas verificado intensamente no período a partir de 2007. O objetivo principal é compreender as dinâmicas sociais entre moradores de loteamento de acesso controlado (LAC) e de que maneira este espaço favorece relações de coesão social. Para tanto é necessário esclarecer os conceitos dessa sentença a partir de reflexões de diferentes autores e assim ter embasamento suficiente para estabelecer definições próprias para a tese.

No que se refere à estrutura do artigo, no tópico 2, intitulado “Teorias, Conceitos e a Cidade”, são explicadas as três palavras-chave da pesquisa: loteamento de acesso controlado (LAC), coesão social e Arapiraca. As definições de LAC e coesão social são formuladas com base na bibliografia (artigos e livros) e nas leis que auxiliam sua compreensão. O item 3 é sobre Arapiraca, e expõe a realidade da cidade, explicando o motivo de interesse pelo lugar e suas principais características. O tópico 4, “Pesquisa de Campo”, apresenta as técnicas de coleta de dados utilizadas (pesquisa documental, observação e entrevista) e os principais resultados alcançados. Para então finalizar o artigo com o tópico 5, reflexões sobre LAC, Coesão social e Arapiraca: palavras finais.

Pretende-se que, ao final do artigo, sejam compreendidos os conceitos de coesão social e loteamento de acesso controlado e a relação que existe entre eles na realidade de Arapiraca, além de demonstrar como a pesquisa de campo e o uso de sistemas baseados em Bronfrenbrenner definiram o nível de coesão social existente entre moradores dos LACs visitados.

2 TEORIAS E CONCEITOS

Um das palavras-chave da pesquisa é loteamento de acesso controlado e para chegar à sua definição é importante abordar o contexto das cidades, que se tornaram ocupadas por espaços fechados negando sua natureza democrática. Esses empreendimentos delimitados por muros podem ter usos diversos, mas na pesquisa o interesse é para aqueles de uso residencial. O empreendimento pode ser condomínio ou loteamento, de acordo com legislação específica, existe definição para cada um deles que será aqui apresentada.

A realidade vivida dentro dos empreendimentos fechados é cada vez mais comum nas cidades brasileiras, uma vida isolada, exclusiva e homogênea. Em cidades brasileiras, pesquisas como as conduzidas por Caldeira, (2000) e Sciota (2016), entre outros, expõem os problemas espaciais e sociais resultantes da vida intramuros, cenários urbanos cuja construção tem causado impacto negativo nas relações de afinidade, confiança e respeito entre moradores. Estas últimas qualidades são características de um grupo socialmente coeso e para existir a coesão é necessário que haja um espaço rico em capital social. Assim surge o interesse em compreender se as dinâmicas sociais entre moradores e o espaço do empreendimento favorece acúmulo de capital e materialização da coesão social.

Nesse texto, a compreensão das dinâmicas sociais e do espaço é direcionada para Arapiraca, segunda maior cidade do estado de Alagoas. A escolha da cidade aconteceu ao observarem-se transformações nela ocorridas a partir de 2007, tais como: o aumento do número de comunidades cercadas, a expansão do perímetro urbano para incluir os empreendimentos, a ineficiência do poder público municipal de fiscalizar e impedir aprovação dos loteamentos ilegais etc. Os moradores de Arapiraca que antes possuíam hábitos de conviver em proximidade com seus vizinhos e frequentar espaços públicos (praças, em destaque), fato observado ao percorrer os diferentes bairros, passaram a buscar o isolamento nos LACs dispersos pela cidade, principalmente nos bairros periféricos.

Loteamento de Acesso Controlado (LAC)

A lei nº 4.591 de 1964 dispõe sobre o Condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Quando o proprietário de um terreno decide construir um condomínio de edificações para uso residencial ou comercial, serão edificadas unidades autônomas. O proprietário de cada unidade autônoma (casa, apartamento, sala comercial) é coproprietário das áreas comuns (vias, áreas verdes, equipamentos). Na lei consta “a cada unidade caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do terreno e coisas comuns, expressa sob forma decimal ou ordinária” (BRASIL, 1964).

O condomínio em edificações ou edifício não cria lotes, e sim unidades autônomas, vinculadas a uma fração ideal do solo e das áreas comuns. O artigo 1.358-A que consta na lei 13.465 de 2017 permite a

criação de um condomínio de lotes, estes estarão vinculados a uma fração ideal das áreas comuns. No empreendimento de uso residencial as áreas comuns são aquelas utilizadas por todos os moradores: ruas, praças, equipamentos de lazer. Estes espaços são propriedades privadas dos proprietários dos lotes, que se responsabilizam pela manutenção e reparos de cada espaço.

Outra modalidade de empreendimento residencial é o loteamento que é o resultado do parcelamento do solo urbano regido pela lei nº 6.766 de 1979. No artigo 2 dessa lei consta a seguinte definição: “considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes” (BRASIL, 1979). Enquanto no condomínio em edificações cada morador é proprietário de uma fração ideal de todo o terreno, incluindo as áreas comuns, no loteamento os moradores são donos apenas de seu terreno e moradia, sendo os espaços coletivos de propriedade do município.

Ao longo dos anos o que têm sido disseminados nas cidades brasileiras são os loteamentos fechados, que não obedecem a lei nº 6.766/1979. No processo da construção ou após a conclusão da obra o loteamento é delimitado por barreiras físicas impedindo a livre circulação dos moradores da cidade. Além de barreiras como muros, cercas e gradis, são construídas guaritas, portaria com vigilância e controle de acesso. Esse modelo de loteamento apresenta uma grave infração: a privatização do espaço público, somente moradores do empreendimento, seus funcionários e visitantes podem usufruir das áreas comuns (vias e praças, por exemplo).

Os loteamentos fechados surgem da ilegalidade cometida por profissionais da construção civil e conivência do poder público. Na tentativa de regularizar esse modelo de loteamento foi aprovada a lei nº 13.465 de 2017 com uma alteração da lei de parcelamento do solo, reconhecendo a existência do empreendimento. A lei além de dispor sobre a regularização fundiária rural e urbana e outros temas, também altera algumas leis como a inclusão do parágrafo 8º no artigo 2º da lei 6.766 de 1979:

§ 8º Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do § 1º deste artigo, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados (BRASIL, 2017).

O que se compreende do parágrafo 8º do artigo 2 é no loteamento de acesso controlado (LAC), pode haver restrição à entrada e saída de pessoas e veículos, desde que este controle seja regulamentado por decreto ou lei aprovado pelo poder público municipal. Ainda consta no mesmo parágrafo que os responsáveis por controlar o acesso não podem impedir a entrada de pedestres e condutores de veículos, que não moram no loteamento, caso estes indivíduos apresentem identificação ou estejam cadastrados.

Ao analisar o parágrafo percebe-se que ele não trata sobre a questão da autorização. Atualmente para entrar em um LAC o visitante (pedestre ou condutor de veículo), ainda que mostre uma identificação ou cadastro em alguma lista, necessita de uma autorização para ter acesso ao interior do empreendimento. Pela compreensão da lei, basta que o indivíduo se identifique ou esteja cadastrado para adentrar o LAC, não exige uma autorização pelo morador. Logo se em algum empreendimento for exigida a autorização para a entrada de algum visitante, além de sua identificação ou cadastro, pode-se compreender que a lei está sendo infringida.

O LAC é, portanto, um empreendimento delimitado por muros com a implantação de guarita com porteiro e segurança eletrônica controlando a entrada e saída de moradores, visitantes e funcionários. As áreas públicas são privatizadas ainda que sejam registradas como de propriedade do município. É a organização de moradores que se ocupa da manutenção e melhoria dessas áreas e o uso é restrito aos proprietários e aqueles que por eles são autorizados.

O modelo de loteamento LAC restringe o acesso livre de cidadãos e constrói um ambiente seletivo (no qual há uma seleção de quem pode ou não percorrer seus espaços internos), mesmo sendo livre e democrático por lei. A situação criada é do fechamento (espacial) de um grupo social para dentro (de si mesmo e da área ocupada por ele), o que dificulta a relação com os demais grupos situados fora. Entende-se, portanto, que isso tem impacto à coesão social das comunidades.

Coesão Social

As relações entre indivíduos necessitam de aspectos favoráveis para se estabelecerem. O que consolida o contato dentro de um grupo é que os participantes possam alcançar algum tipo de benefício nessa relação,

características que aproximem as pessoas. Um ambiente que possibilita a aproximação e descoberta de afinidades entre as pessoas possui capital social. A palavra “capital” possui várias definições, as quais se baseiam na área de estudo em que está situada (sociologia, economia, biologia, dentre outros); em todos os ramos, no entanto, há algo em comum: o termo se refere à riqueza, um agregado de coisas, materiais ou não, que fortalece aquele que o possui.

Um lugar (comunidade, cidade, país etc.) rico em capital social é aquele onde os indivíduos compreendem suas diferenças e constroem mecanismos para lidar com os conflitos que surgem durante a convivência em grupo. Através do diálogo e identificação de características e objetivos comuns, são elaboradas normas e sanções para que o grupo cumpra o que é considerado melhor para a maioria. O acúmulo de capital social favorece a materialização de coesão social entre membros de um grupo, que pode ser mais ou menos intensa a depender de como as relações se estabelecem.

No período de 1997 até 2016, alguns autores apresentaram reflexões sobre a coesão social. De acordo com Sampson, Raudenbush e Earls (1997) a coesão social não exige que as pessoas sejam amigas, mas que estejam integradas de tal forma que exista colaboração entre elas, construindo condições favoráveis para alcançar benefícios coletivos. Segundo Cruz (2010, p.43) coesão social é entendida como uma integração entre pessoas que identificam entre si afinidades e interesses semelhantes. Para Ferrelli (2016, p.272) “a coesão pode ser definida como o grau de consenso dos membros de um grupo social sobre a percepção de pertencer a um projeto ou situação comum”.

O conceito de coesão converge com o de vertebração social, que busca construir sujeitos coletivos dentro dos vários grupos, começando pela família, capazes de estabelecer relacionamento justo e equilibrado com trabalho solidário. Para a materialização da vertebração social são necessárias ações e diálogos coordenados para que a estrutura da comunidade seja organizada e articulada. Enric Pol Urrutia (2006, p.20) ressalta que um tecido social vertebrado se caracteriza por uma grande rede de relações sociais formais e informais entre os cidadãos, que forma a base do que pode ser chamado de “apoio social informal”. Segundo o autor, em tais relações devem ser evitadas estratégias individuais de sobrevivência e comportamentos desviantes. Portanto, a coesão e a vertebração possibilitam uma integração entre indivíduos para a vivência na sociedade de maneira estruturada.

Quando há coesão social os indivíduos sentem-se pertencentes a um grupo, com o qual se identificam, buscam manter-se unidos através de ações colaborativas e de solidariedade. A cooperação acontece entre indivíduos através de trabalho e esforço do grupo, uma vez que, segundo Sennett (2018, p.15): “o apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais; eles cooperam para conseguir o que não podem alcançar sozinhos”. No coletivismo, as necessidades do grupo estão acima daquelas de um único indivíduo, este tipo de relação forma grupos coesos, onde os membros auxiliam uns aos outros e se preocupam com o bem coletivo, evitando o individualismo.

O individualismo moderno na cultura ocidental torna o homem figura central de seu mundo sendo mais autônomo e egoísta em relação ao grupo, ao coletivo. Valera (1999) afirma que apesar da grande diversidade social presente na cidade, a tendência é a pessoa relacionar-se cada vez mais com aqueles que são mais semelhantes e distanciar-se daqueles percebidos como mais diferentes. Para evitar essa distorção, evitando as relações limitadas e individualistas que tem ocupado espaços na vida urbana nos últimos anos, é necessário priorizar os contatos espontâneos entre pessoas nas diferentes partes da cidade. Quanto maior a coesão social mais os membros de uma comunidade reconhecem afinidades e interesses, e definem o que é e não é aceitável, em meio ao convívio, através de regras e punições gerando o controle social informal. De acordo com Cruz (2010), o controle social informal é aquele em que, sem intervenção externa e formalizada, os próprios membros conseguem regular ações dentro do grupo, expondo o que é permitido e proibido na comunidade a fim de alcançar a organização do lugar.

Dentro de um LAC existem regras estabelecidas pela maioria em assembleia e que se não forem cumpridas podem acarretar punição para os envolvidos, como o pagamento de multa. Um exemplo pode ser o uso da piscina - envolvendo horário de funcionamento, quantos convidados cada morador pode levar, trajes adequados etc. -, que precisa ser observado por todos para que haja boa convivência. Note-se que não é necessária a concordância unânime sobre as normas e respectivas sanções; geralmente basta que a maioria dos participantes da assembleia concorde e controle ações desviantes para que regras sejam cumpridas e a ordem mantida em prol daquilo que o grupo acredita ser adequado ao bem-estar de todos.

A coesão social entre membros de um grupo possui intensidade diferente, podendo ser mais ou menos intensa a depender de aspectos sociais e que podem ser mensurados. Nesta pesquisa a coesão social será mensurada em diferentes loteamentos de acesso controlado através de como seus componentes se materializam no convívio entre moradores. Há componentes do conceito de coesão social que auxiliam na medição de sua intensidade dentro de um grupo, a partir da leitura de Silva (2010, p.144) serão utilizados

cinco deles: 1) o nível de conflito/violência; 2) sociabilidade; 3) o grau de participação na comunidade; 4) o nível de confiança e 5) a identidade/pertencimento ao lugar. O componente 1, o nível de conflito/violência, aborda a existência de crimes e/ou atos violentos no interior do empreendimento, se já aconteceu, qual o tipo de ação e com que frequência as ações são registradas. Assim será possível desvendar o impacto no convívio entre os moradores e se o empreendimento possui intensidade de conflitos para dentro de seus muros.

A coesão social dentro do LAC também pode ser mensurada através do componente 2, a sociabilidade existente entre moradores, a tendência para viver em sociedade. O componente também aborda como se dá o uso e compartilhamento de espaços comuns e a maneira como os moradores cultivam suas relações, diálogos, visitas, eventos sociais, ajuda em tarefas etc. O componente 3 é sobre o grau de participação na comunidade, o interesse é identificar se há participação em associações de moradores, ONGs, reuniões de condomínio, representação junto à prefeitura. E assim saber como se dá a mobilização dos moradores para idealizar mudanças, propor melhorias e alcançar esses benefícios em prol da comunidade.

Outro aspecto que auxilia a mensuração da coesão social é o componente 4, nível de confiança, quando um indivíduo acredita nas intenções do outro, que estas intenções são boas, surge a confiança. Uma crença de que se pode entregar palavras (conversa), coisas (objetos) e pessoas (criança) aos cuidados de alguém e ela terá responsabilidade nesta relação. O componente 5, a identidade e o pertencimento ao lugar, se refere ao sentimento de fazer parte de um grupo. É sentir que pertence a uma coletividade, este sentimento intensifica o vínculo entre pessoas dentro de comunidade. A sensação de pertencimento proporciona a descoberta de afinidades e interesses similares entre indivíduos que compartilham determinado espaço.

A medição dos cinco componentes é capaz de demonstrar a intensidade da coesão social entre indivíduos dentro de um recorte espacial, o LAC, por exemplo. Quanto mais coeso um grupo maior a intensidade das relações sociais e maior o potencial de desenvolvimento humano. Com base na psicologia do desenvolvimento de Bronfenbrenner (1999; 2005a; 2005b), a pessoa se desenvolve conforme se relaciona com outras, com ambientes e objetos presentes em seu contato imediato.

A pessoa em desenvolvimento é aquela que ao se relacionar com pessoas, ambientes e objetos amplia a compreensão de si mesma e do mundo, está aberta a compreender e respeitar as diferenças. Essa compreensão vai além de reconhecer as necessidades individuais, alcança o entendimento de que há espaços e necessidades coletivas nos contextos onde está inserida.

Os diferentes contextos nos quais o indivíduo se insere exercem influência no seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que são influenciados em um processo de mútua interação. A pessoa em desenvolvimento, interage, experimenta e explora o ambiente ao seu redor, o que a torna capaz de transformar o meio no qual se encontra. De acordo com o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (2005a), o contexto é um ambiente fora do organismo, concebido como um conjunto de sistemas em quatro níveis de organização - microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema -, os quais se referem a contextos da vida do desenvolvimento humano, como segue.

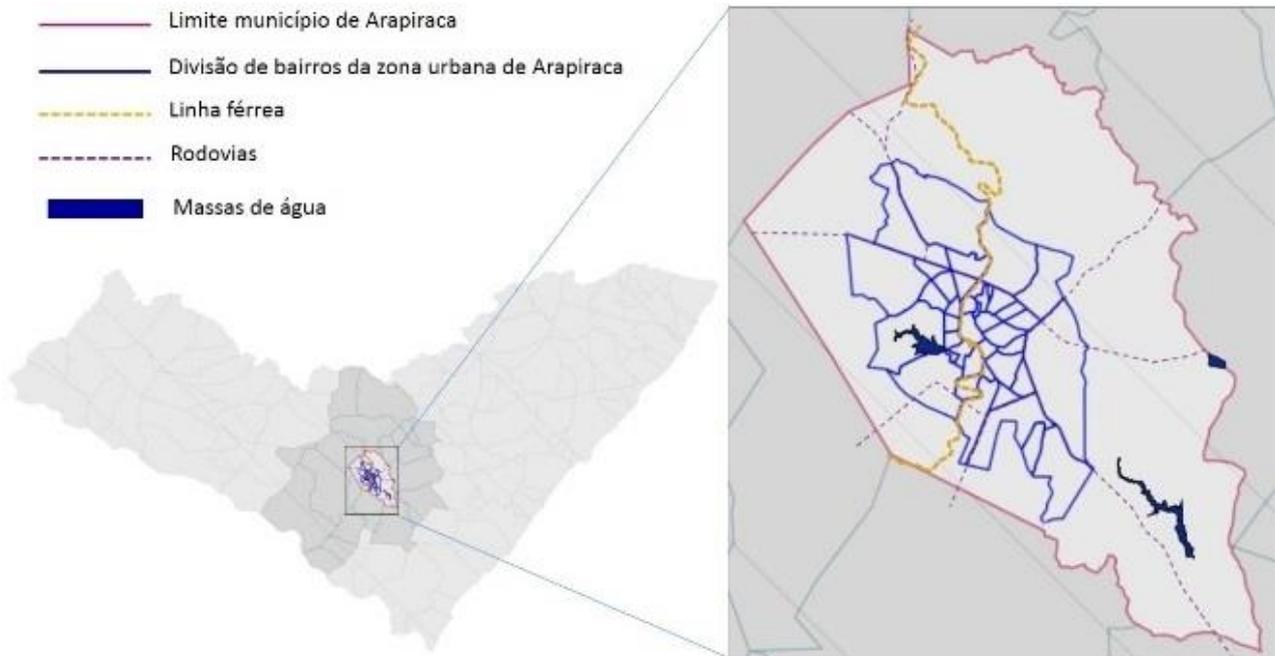
- **Microssistema:** ambiente imediato onde acontecem as relações face a face, nele a pessoa em desenvolvimento realiza atividades e aprende com auxílio de pessoas com quem ela tem relação afetiva.
- **Mesosistema:** compreende a interação entre dois ou mais microssistemas nos quais a pessoa em desenvolvimento atua de maneira ativa.
- **Exossistema:** se refere à relação entre dois ou mais contextos, em um deles, pelo menos, a pessoa em desenvolvimento não está inserida, mas os eventos que nele ocorrem interferem no microssistema onde a pessoa se encontra.
- **Macrossistema:** contexto que engloba os três níveis anteriores (micro, meso e exo), influenciando e sendo influenciado por eles; é, portanto, o sistema mais amplo, no qual as condições de vida experimentadas pelas pessoas de um grupo socioeconômico, étnico ou religioso específico tendem a ser similares, correspondendo aos sistemas sociais, políticos e econômicos predominantes em uma cultura.

Na pesquisa os LACs foram analisados conforme os quatro níveis de organização supracitados (BRONFENBRENNER, 2005b). A partir do esquema de conexão entre os sistemas foi possível demonstrar como os cinco componentes da coesão social se apresentam, identificando a intensidade de coesão social ali vivida. Como os LACs analisados estão implantados em Arapiraca, antes de discorrer sobre a(s) técnica(s) de coleta de dados e a maneira como foram analisados, optou-se por apresentar as características da cidade e dos empreendimentos selecionados para a pesquisa de campo (item a seguir).

3. ARAPIRACA E OS LACs INVESTIGADOS

Localizada em Alagoas, estado que faz divisa com Pernambuco, Sergipe e Bahia, a cidade de Arapiraca (Figura 1) encontra-se no centro do estado. No último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) consta que possui 214.006 habitantes, população estimada em 234.185 pessoas em 2017. A localização privilegiada dentro do estado, a presença de estabelecimentos comerciais, de serviços (hospitais, laboratórios, bancos, por exemplo), educacionais (escolas, universidades privadas e públicas) e lazer (parques e cinema) atraem moradores das cidades vizinhas, que não dispõem deste tipo de oferta em seus limites, principalmente os moradores dos nove municípios que compõem a microrregião de Arapiraca, como Craíbas, Feira Grande e Lagoa da Canoa.

Figura 1: Mapa da cidade de Arapiraca, 2019.



Fonte: Adaptado de <https://geo.arapiraca.al.gov.br/geoarapiraca/>

A implantação de empreendimentos residenciais fechados em Arapiraca seguiu um processo de consolidação como opção de moradia que surge mais intensamente em Alagoas e no Brasil na década de 1980. Nesse período a população mais rica das cidades brasileiras que habitavam o centro e seu entorno, diante do crescimento dessa região e aumento do fluxo de pessoas e transportes, passou a buscar as áreas mais tranquilas para morar. Na periferia encontravam-se essas áreas, mais extensas que foram sendo loteadas e receberam a infraestrutura necessária para receber esta nova demanda de moradores.

A partir de 2007 houve, no município, um crescimento intenso do fechamento de loteamentos com construção de muros e guarita, surgindo os LACs. Em Arapiraca os moradores dos LACs se referem a esse tipo de empreendimento como 'condomínio fechado', mesmo que alguns deles não utilizem esse termo pois possuem conhecimento de que moram em loteamento. Provavelmente essa compreensão acontece devido à palavra condomínio ter chegado à cidade associada a um status social e econômico de privilégio, como sinônimo de um lugar onde há qualidade de moradia e de infraestrutura, financeiramente custeável apenas por uma minoria da população. Assim, o surgimento de empreendimentos residenciais fechados em Arapiraca

está associado a uma nova tendência de ambientes privativos que estão obtendo interesse dos moradores, atraídos, sobretudo, pela infraestrutura no geral que eles oferecem, dando destaque à segurança e lazer, uma vez que no restante da cidade esses itens se apresentam de maneira escassa ou deficiente (DAMASCENO et al, 2016, p.9).

Este modelo de moradia passou a impactar na cidade, pois moradores do próprio município acostumados com um estilo de vida de maior contato com a vizinhança e estabelecimentos comerciais e de serviços, passaram a buscar os empreendimentos fechados, mais isolados dos bairros centrais e da diversidade de

usos. O perímetro urbano foi ampliado para incluir os novos LACs dispersos por diferentes bairros das áreas periféricas e o poder público teve de ampliar os serviços de iluminação, abastecimento de água e esgoto, muitas vezes somente no interior e o entorno do LAC mantem situação precária.

Diante do interesse pelas dinâmicas sociais construídas dentro do LAC, a primeira informação necessária é a quantidade daqueles implantados em Arapiraca. Diante de solicitação via ofício, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação da prefeitura respondeu em fevereiro de 2018 reconhecendo a existência de 30 (trinta) loteamentos de acesso controlado. O primeiro LAC teve sua licença para construir e início das obras datadas de 2007. Uma nova solicitação foi realizada em fevereiro de 2019 e a secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em sua resposta não atualizou a lista de 2018.

No entendimento da quantidade de LACs um dos motivos que se destaca é o aumento da criminalidade na região e sua divulgação nas mídias (rádio, televisão e internet). Nesse campo buscou-se compreender a violência em Arapiraca por meio de dados relacionados a homicídios (crime mais notificado, pois diz respeito diretamente à vida e, portanto, com maior investigação dos órgãos oficiais). De acordo com o Boletim Anual de Estatística Criminal de 2018 (NEAC, 2019), em 2011 aconteceram em Arapiraca 84,7 homicídios por 100 mil habitantes; cinco anos depois esse índice diminuiu para 66,2, mas ainda permanece muito acima do considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para violência não epidêmica, que é de 10 homicídios.

Um segundo motivo para o aumento de LACs são as ações de marketing promovendo os empreendimentos fechados, as quais destacam a oferta de segurança e lazer privativo na tentativa de suprir de maneira eficiente os serviços e equipamentos que o poder público não consegue oferecer adequadamente. Sob esse ponto de vista parece ser preferível que os indivíduos arquem financeiramente com o custo adicional de amenidades exclusivas do que se organizarem para exigir do poder público os seus direitos (aliás, direitos que possuem e que satisfariam as necessidades da maioria da população) - situação que ilustra o individualismo anteriormente citado.

Os recursos disponíveis exigiram um recorte para selecionar uma quantidade de LACs para estudo, o que envolveu três critérios:

1. O primeiro critério foi o índice de ocupação do LAC, pois o interesse é compreender as relações de vizinhança entre moradores e acredita-se que quanto mais ocupado de casas e moradores for um loteamento, mais relações sociais deveriam acontecer em seu interior. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Arapiraca sobre os LACs construídos e com terrenos liberados para a construção de casas entre 2007 e 2012, os cinco primeiros anos de implantação deste tipo de empreendimento apresentaram os maiores índices de ocupação. Com a aplicação desse primeiro critério, dentre os trinta LACs existentes em Arapiraca, restaram dezesseis.
2. O segundo critério foi conseguir a autorização por parte do síndico/presidente da associação de moradores para realizar a pesquisa no interior do empreendimento. Dos dezesseis LACs visitados conseguiu-se documentos autorizando a visita ao interior de sete LACs.
3. O terceiro critério foi obter o contato de moradores e a disponibilidade para a coleta de dados, pois sem a concordância destes não seria possível a realização do contato direto essencial à pesquisa de campo. Foram obtidos os contatos de moradores em todos os sete LACs definidos.

4 A PESQUISA DE CAMPO

A intensão da pesquisa foi construir um diálogo entre pesquisador e fenômeno estudado. Através desse processo investigativo foram descobertas questões problemáticas dessa realidade. Ao longo da pesquisa de campo foi possível vislumbrar possíveis soluções baseadas na compreensão profunda do objeto de estudo que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001). Dentre os dois principais estudos qualitativos estão o etnográfico e o estudo de caso. Ambos investigam a vida humana como atividades interativas prontas para serem interpretadas através do contato direto com os sujeitos da pesquisa.

A pesquisa utilizou um estudo de casos múltiplos, tendo explorado um ou mais sistemas pela utilização de várias técnicas de coleta de dados a fim de acompanhar sua evolução ao longo do tempo e num espaço definido. O estudo de caso permite compreender fenômenos inseridos em um contexto da vida real, assim o pesquisador entra em contato com esse universo onde as características do fenômeno é preservada. Um estudo de caso apresenta três fases em seu desenvolvimento, inicialmente, há a fase exploratória; a seguir

há a delimitação do estudo e a coleta de dados; na terceira fase, há a análise e discussão dos dados. Após estudo do tema e da busca por procedimentos adequados para a pesquisa de campo, ficaram definidas três técnicas de coleta de dados: a pesquisa documental, observação e entrevista.

Pesquisa documental

A pesquisa documental vale-se de materiais consultados que podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa. Há tipos de documentos e os que serão destacados são os de fontes primárias: são os que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravuras, desenhos técnicos, mapas etc. Nesta pesquisa foi necessário consultar leis, mapas e projetos urbanísticos dos loteamentos de acesso controlado, para compreender como esses espaços se materializam na cidade.

Foram consultadas as principais leis vigentes em Arapiraca que tratam sobre permissões e proibições no espaço urbano. A primeira lei consultada é a que mais possui diretrizes e indicações de projeto: o Plano diretor. O plano diretor foi instituído pela lei 2.424 de 2006 dividido em capítulos, cada um aborda uma temática diferente: meio ambiente, saneamento ambiental, mobilidade e acessibilidade, uso e ocupação do solo, dentre outros aspectos. Diante da não obediência das diretrizes contidas no plano diretor, desde sua aprovação até os dias atuais, ele encontra-se defasado e em longo processo de revisão, ainda não concluída.

Em 2011 foi instituída a lei nº 2.770 que dispõe sobre parcelamento do solo no município de Arapiraca que possui como base a lei federal nº 6.766 e acrescenta informações a nível local. Consta na lei que o objetivo do parcelamento e da ocupação do solo urbano é desenvolver diferentes atividades com a concentração equilibrada destas e de pessoas no município e, estimular e orientar o desenvolvimento urbano, rural e industrial no município, mediante eficiente, eficaz e efetivo exercício de controle (ARAPIRACA, 2011). Há exigências em lei sobre loteamento e desmembramento que não são cumpridas pelos cidadãos e pouco fiscalizadas pelo poder público.

Os loteamentos residenciais horizontais, construídos de 2007 até o ano 2016 em Arapiraca, foram delimitados por muros de maneira irregular. Os loteamentos foram implantados de acordo com a lei federal 6.766/1979 e lei municipal 2.770/2011, onde exigem que vias de circulação, áreas verdes e equipamentos comunitários sejam de uso de público, mas os proprietários dos loteamentos passaram a privatizar tais áreas, criando os LAC's. Após 2013 um único aglomerado residencial, o Villa de la Roche, foi considerado condomínio fechado após a implementação da lei nº 2.895/2013, que autoriza o município a aprovar condomínio de lotes, aprovada após a implantação deste condomínio, a lei é específica para sua regularização.

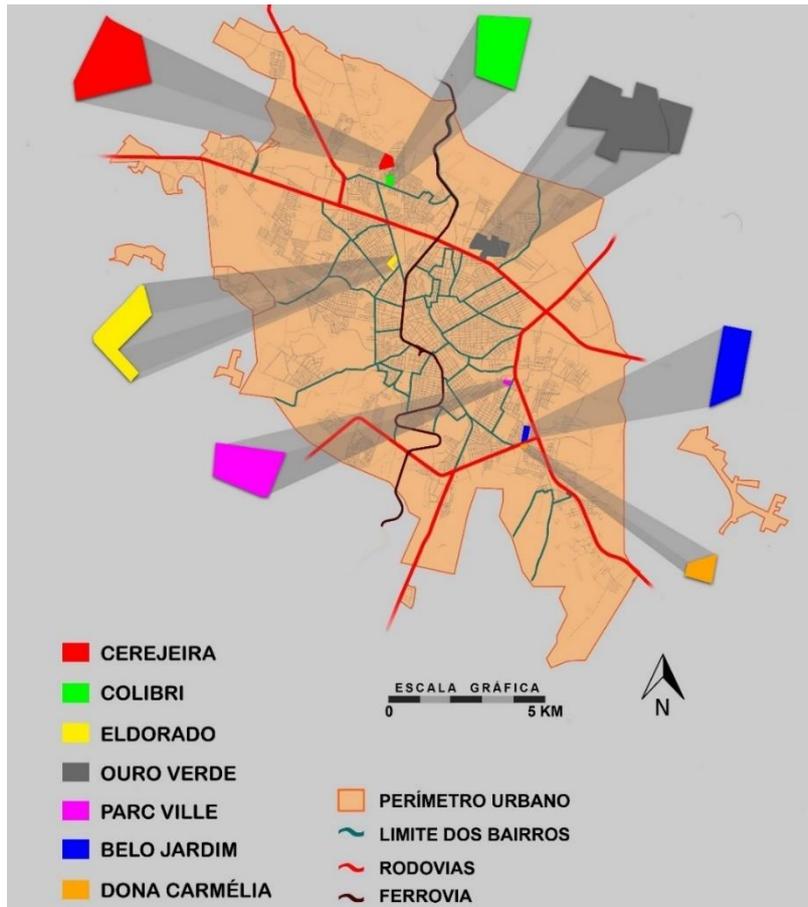
Para definir os aspectos socioeconômicos dos LACs selecionados, em julho/2019 pesquisou-se nos sites de imobiliárias o em cada empreendimento: preço mínimo de moradia reais (Figura 2), ressaltando-se que os Residenciais Ouro Verde, Parc Ville e Eldorado possuem edificações de alto nível construtivo, com projetos arquitetônicos personalizados e área de lazer completa (quadra de esporte, piscina, playground e praças), o que não acontece nos demais. Outro documento acessado no banco de dados da Prefeitura Municipal de Arapiraca foi o mapa atualizado após a última ampliação do perímetro urbano, no qual foram marcados os empreendimentos selecionados (Figura 3).

Figura 2: Aspectos socioeconômicos dos LACs selecionados

LAC	PREÇO DE CASAS A VENDA (JUL/2019)	ANO DE LIBERAÇÃO	QUANTIDADE DE LOTES
RESIDENCIAL OURO VERDE	R\$750 mil	2007	212
RESIDENCIAL. PARC VILLE	R\$500 mil	2010	74
RESIDENCIAL. ELDORADO	R\$700 mil	2010	102
RESIDENCIAL. COLIBRI	R\$150 mil	2009	232
RESIDENCIAL. DONA CARMÉLIA	R\$100 mil	2010	73
RESIDENCIAL. BELO JARDIM	R\$80 mil	2008	265
RESIDENCIAL. CEREJEIRA	R\$80 mil	2011	491

Fonte: A pesquisa, com base nos sites de imobiliárias e banco de dados da Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Figura 3: Loteamentos de acesso controlado autorizados para a pesquisa de campo.



Fonte: Banco de dados da Prefeitura Municipal de Arapiraca, trabalhado pelos autores.

Observação

A observação, segunda técnica usada, teve o intuito de conseguir informações sobre determinados aspectos da realidade. Ela foi escolhida porque obriga o pesquisador a ter um contato direto com o fenômeno em estudo e realizar registros do que acontece, uma vez que “a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação” (GIL, 2007, p.110).

As observações tornaram possível conhecer o lugar de interesse da pesquisa; os percursos a pé e de carro no interior do LAC foram acompanhados de registros fotográficos e anotações. Entrar e observar os sete empreendimentos fizeram parte do processo de compreender componentes da coesão social nos espaços internos. Nos sete LACs foram observados a circulação de pessoas e veículos, usos das áreas de lazer pelos moradores e a faixa etária deles, presença de vigilância, dentre outros aspectos.

Nos residenciais Ouro Verde, Eldorado e Parc Ville (considerados de renda alta) foram raros os momentos em que a circulação de pessoas e veículos foi visualizada, não havia moradores nas portas das casas, alguns cachorros soltos, espaços silenciosos, vigilantes de farda e armados circulando no interior dos LACs. Neles as áreas de lazer são arborizadas e equipadas para recreação das diferentes faixas etárias dos moradores, as casas não possuem muro no limite frontal do lote (algumas possuem muro nas laterais), há moradias de um e dois pavimentos. Ainda que se tenha percorrido todas as ruas desses três LACs, não foi possível ver veículos e pessoas circulando no entorno e, em seu exterior, o isolamento visual é total devido ao muro alto em todo o limite do empreendimento.

Os residenciais Belo Jardim, Colibri, Dona Carmélia e Cerejeiras possuem quase todas as casas padronizadas, parte delas modificadas pelos moradores ao longo dos anos. O Belo Jardim e Dona Carmélia possuem espaços de recreação, salão de festas, quadra de esporte e piscina (que, estavam sendo utilizadas nos dias da visita ao primeiro). No Colibri área de lazer está incompleta e sem manutenção nas partes existentes e não foram vistas pessoas utilizando; o Cerejeiras não possui espaços comuns para

recreação. Nos quatro LACs não foram vistos vigilantes percorrendo as ruas internas, eles se posicionam na guarita controlando entrada e saída. No Dona Carmélia foi possível ver movimento dentro das casas e ter contato visual e sonoro com o exterior do LAC, pois a maioria das moradias e a delimitação do loteamento possui grades, o que tornou a observação mais ampla e menos isolada.

Durante os dois meses de visitas para realizar as entrevistas nos LACs, Ouro Verde e Colibri foi possível observar e vivenciar alguns momentos marcantes na experiência de percorrer as ruas e visitar casas inseridas em um empreendimento fechado. 'Autorização' e 'vigilância' são as palavras que resumem tais experiências. Embora os dois LACs sejam habitados por pessoas de faixas de renda diferente (o Colibri pode ser considerado como renda média e o Ouro Verde é renda alta), a experiência vivida em ambos foi similar e não será necessário fazer diferenciação de nomes neste relato.

A cada visita nos dois LACs foi necessário a identificação na portaria, o porteiro ligou (com celular do LAC) para o morador que iria ser visitado, este autorizou a entrada e a seguir o porteiro abriu o portão e o carro foi liberado (cuja placa foi anotada). Esse processo faz parte da regra do lugar, consta em regimento interno e deve ser seguido esse protocolo com todos os visitantes, é uma maneira de manter o lugar "seguro" com controle de quem entra e sai.

Nesta situação ruas e praças são privatizadas: quem mora fora dos muros só pode usufruir do local com a autorização de algum morador. Como as praças, os equipamentos para a realização de atividades físicas, brinquedos para crianças são restritos aos moradores e seus visitantes, com frequência são encontrados vazios. Se os LACs fossem abertos à livre circulação provavelmente seriam mais utilizados, gerando a dinâmica urbana a partir do aumento da circulação de pessoas e veículos.

Observar o lugar, a maneira como as pessoas o utilizam, a organização, as casas, os espaços de recreação, possibilitou entender o motivo pelo qual esse modelo de moradia é bem aceito, tornando-se sucesso de vendas: ao primeiro olhar o empreendimento se apresenta como um cenário organizado e tranquilo, onde tudo parece funcionar (limpeza, iluminação e segurança, por exemplo). Apenas na etapa seguinte, a entrevista, foi possível ir além do que é visto, aprofundando a investigação.

Entrevista

A entrevista foi a terceira técnica de coleta de dados utilizada, possibilitando a captação de informações do participante, pois é "uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio de interrogatório do informante, dados para a pesquisa" (CERVO; BERVIAN; DA SILVA; 2007, p.51). O tipo de entrevista escolhido foi semiestruturada, composta por questões abertas, permitindo uma flexibilidade nas respostas, de modo que cada participante poderia expor seus pensamentos em profundidade. Todos os participantes responderam as mesmas perguntas, embora a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem das questões tenham variado de acordo com as características de cada entrevistado.

A entrevista era composta por vinte e cinco questões. As primeiras tiveram o objetivo de obter informações gerais sobre renda, a moradia anterior, vantagens e desvantagens de morar em LAC, dentre outras questões. As demais perguntas abordaram os cinco componentes da coesão social. Dos sete LACs selecionados, na primeira etapa da pesquisa as entrevistas foram aplicadas em dois: Residencial Colibri (moradores com renda familiar média) e Ouro Verde (renda alta) - que foram os primeiros pois houve maior disponibilidade de moradores para receber a pesquisadora. Em cada um deles foram realizadas 15 entrevistas. Como as respostas obtidas nestas entrevistas foram similares, nesse artigo o resultado foi sintetizado em texto único, dividido em função de cada componente da coesão social.

Sobre o nível de conflito e violência, após as entrevistas, percebe-se que não haver diálogo diretamente entre moradores para resolver problemas. Em casos como festas com som alto, animais soltos e alta velocidade dos veículos nas vias internas, os moradores incomodados comunicam ao síndico. Os casos de furto às residências também são encaminhados ao síndico e este decide como encaminhar para as autoridades policiais.

As respostas a respeito da componente sociabilidade mostram que o convívio entre vizinhos é raro, os adultos convivem mais com grupos de fora dos muros. Os espaços comuns são compartilhados mais intensamente pelas crianças e através delas é que alguns contatos acontecem. Os moradores entrevistados nos dois empreendimentos afirmam não ter tempo para atividades cotidianas com os vizinhos e que cada um possui vida pessoal e discreta. Sobre as regras estabelecidas, não há unanimidade na concordância, mas todos consideram necessário haver estatuto e regimento, considerados exigências a serem cumpridas para uma melhor vida em comunidade.

Sobre o grau de participação na comunidade, as respostas mostram que os moradores entrevistados não participam da reunião de condomínio para não entrar em conflito com vizinhos. Eles também não fizeram parte da elaboração de normas, que foram criadas pela administração, e cada entrevistado citou normas com as quais não concorda. Não há mobilização para buscar melhorias internas; embora existam reclamações e críticas à administração, parece não haver busca por soluções para as questões que incomodam.

Quanto ao nível de confiança (quarto componente considerado nas entrevistas), os moradores confiam em grande parte dos que moram no mesmo LAC, pois nunca souberam de problemas e não passaram por situações ruins com seus vizinhos. A confiança existente está relacionada ao fato de que 'saberem' onde os vizinhos trabalham e onde seus filhos estudam e circularem por lugares semelhantes (academia, shopping center). Conforme comentaram, o fato de vizinhos respeitarem as exigências do regimento torna-os confiáveis para conviver, pois ajudam a manter o lugar organizado e em ordem.

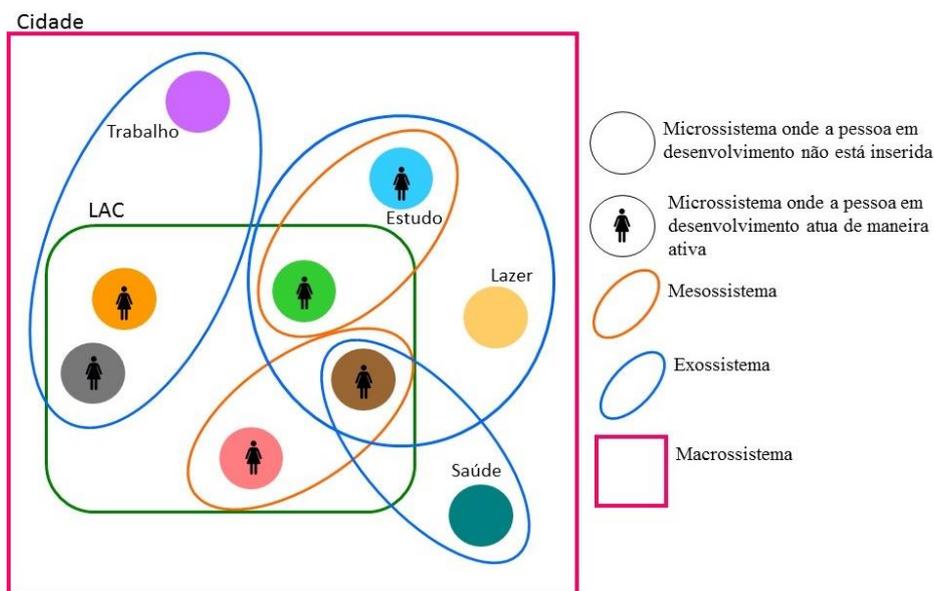
Finalmente, quanto à identidade e ao pertencimento foi possível observar que moradores do LAC não possuem uma relação intensa com o lugar de moradia a ponto de se identificar com ele. De acordo com seus depoimentos, eles/as gostam do local onde vivem, por terem casas confortáveis, espaço de recreação (piscina, brinquedos, praças), serviços de água, luz, internet e esgoto eficientes, porém a escolha por essa moradia foi, principalmente, por medo dos espaços abertos da cidade e pela a área de lazer oferecida na propaganda elaborada pelo proprietário. Ainda de acordo com as respostas, o LAC não é um lugar onde o morador se reconhece ou se sente parte da comunidade, pois o distanciamento entre vizinhos e o pouco interesse com o coletivo, não possibilita a construção de relações e diálogos frequentes e consistentes.

O alcance da compreensão dos cinco aspectos da coesão social só foi possível graças à compreensão das teorias e conceitos relacionados à cidade e as técnicas de coletas de dados. Analisá-los resultou no gradativo desvendamento do nível de coesão social que se apresenta naquele grupo, gerando as reflexões apresentadas a seguir.

5 PALAVRAS FINAIS: REFLEXÕES SOBRE LACs, COESÃO SOCIAL E ARAPIRACA

A pesquisa documental, observação e entrevistas resultaram na elaboração de um quadro sistêmico baseado na teoria de Bronfenbrenner (2005b), mas com uma abordagem focada no tema estudado. O modelo de empreendimento LAC foi inserido no contexto urbano e com a apresentação das conexões existentes entre os sistemas e seus níveis de organização. Na composição de elementos (Figura 4) são apresentadas as relações entre microsistemas, mesossistema, exossistema e macrossistema de acordo com a compreensão da realidade do LAC na cidade, mais especificamente Arapiraca, onde a pesquisa de campo foi desenvolvida.

Figura 4: Quadro sistêmico LAC-Cidade, 2019



Fonte: BARROS, 2019.

Dentro do LAC há os microssistemas, as moradias e relações ativas existentes entre indivíduos. O mesossistema se caracteriza pela interação entre dois ou mais microssistemas onde a pessoa atua ativamente e os eventos que acontecem influenciam e são influenciados pelo microssistema. Como primeiro exemplo de mesossistema, temos as relações de vizinhança entre moradores de duas ou mais casas (microssistemas) inseridas no LAC. Outro exemplo é a conexão entre os acontecimentos de dentro da moradia (microssistema) e daqueles que acontecem no local de trabalho (microssistema) com a participação ativa da pessoa em desenvolvimento; as ações do trabalho alteram e são alteradas pela maneira como se organiza a rotina da casa.

O exossistema surge na interação entre dois ou mais microssistemas, pelo menos em um deles a pessoa não participa ativamente. A interação exossistêmica pode acontecer, por exemplo, quando há um evento que conecta casa e um estabelecimento qualquer (de saúde, como visto no quadro) no qual a pessoa não está atuante, mas sua vida é influenciada pelo evento nele gerado. O Macrossistema é aqui considerado o espaço da cidade, que abriga seus microssistemas, mesossistemas e exossistemas. O macrossistema é composto de relações sociais, econômicas e políticas.

Como observado na figura 3, o LAC é um mesossistema, nele materializam-se diferentes intensidades de coesão social, com base na pesquisa de campo, em dois LACs, ficou constatado como se materializa cada componente. O nível de conflito e violência é considerado baixo na conexão entre os microssistemas das casas, volume de som alto em festas, animais de estimação soltos e alguns furtos são citados, mas considerados acontecimentos raros e suportáveis.

A sociabilidade é baixa, pois o contato entre moradores é restrito a encontros nas áreas de circulação e entre pais cujos filhos são amigos. Os entrevistados (15 deles) afirmam que ser ocupado impede a convivência com vizinhos e o isolado no interior das casas é considerado discricção. Na relação entre o microssistema da casa e os externos com participação ativa (local de trabalho, lazer, amigos de fora do LAC) a sociabilidade é alta. Também é alta a sociabilidade no exossistema que conecta microssistemas (casa), sendo que pelo menos um dele não há participação ativa, mas que possibilita uma relação intensa, acontecimentos na escola dos filhos, por exemplo.

O grau de participação na comunidade é baixo nos dois LACs visitados. Não há mobilização para alcançar benefícios comuns, os moradores não frequentam a reunião da vizinhança para tomar decisões e dependem diretamente da atuação do síndico para solucionar problemas. Para os moradores, o fato de pagar a taxa mensal de manutenção é suficiente para demonstrar que se preocupam com as áreas comuns.

O nível de confiança é considerado alto, pelos moradores de dentro dos LACs, eles afirmam confiar em seus vizinhos por acreditarem que eles cumprem a maioria das regras estabelecidas e não criam conflitos graves. No que se refere à identidade e pertencimento ao lugar, devido ao distanciamento existente, é destacada nas entrevistas a individualidade da vida dentro de casa, o que dificulta o reconhecimento de ser parte de algo maior que vai além da vida familiar dentro do LAC.

Dos cinco componentes apenas a sociabilidade entre o morador e pessoas de fora do empreendimento é considerada alta, mas internamente é baixa. A confiança considerada alta pelos moradores, é compreendida como baixa, pois quando a confiança é grande há a expansão de contatos horizontais o que não é constatado nas respostas, em meio a desconfiança os indivíduos tendem a reduzir os contatos ao círculo familiar. Assim considera-se que dentro do LAC a coesão social é baixa, pois o grupo necessita ampliar seu potencial de compartilhar ideias, dialogar e cooperar para alcançar objetivos comuns. O comprometimento é maior com a vida individual e de lugares de fora dos muros do empreendimento, há pouco planejamento e ação coletiva. O isolamento dentro do núcleo familiar e amigos próximos não possibilita uma conexão maior com a vizinhança de dentro dos muros.

A interpretação é a de que a vida intramuros possui coesão social, pois os indivíduos identificam afinidades e compartilham expectativas de um cotidiano com tranquilidade e segurança num ambiente controlado e seguro. O LAC apesar de nascer com a ideia de coesão pela proximidade das casas e sua limitação por muros, a realidade é de incoesão social fruto de uma realidade da não valorização do espaço comum e ampliação do espaço individual. Na história das cidades, vivida no Brasil e precisamente em Arapiraca ao longo de seus 95 anos, é necessário incentivar a preocupação com o coletivo acima do individual.

Um grupo socialmente coeso não é aquele livre de desentendimentos, mas aquele que consegue lidar com os conflitos através de diálogo, buscando solucionar problemas compreendendo a existência de diferenças e elas devem ser respeitadas. A coesão cresce nos lugares onde incentivam o indivíduo a planejar e concretizar ações no espaço urbano voltadas para as necessidades da maioria da população. É essencial pensar a cidade como pertencente a todos, para uso e manutenção dos equipamentos coletivos. A atuação

do poder público é fundamental distribuindo os benefícios da infraestrutura e serviços de maneira equilibrada na cidade evitando a exclusão socioespacial por meio de empreendimentos cercados.

O mesossistema LAC não deve estar desconectado do macrosistema cidade, eles devem ser parte de um mesmo espaço democrático, pois não é possível o desenvolvimento entre pessoa e contexto de maneira profunda enquanto houver isolamento e desconexão de um de seus sistemas.

5 REFERÊNCIAS

ARAPIRACA. Lei n. 2.220, 31 de dezembro de 2001. Institui o código de obras e edificações no município de Arapiraca e dá outras providências. Disponível em: http://web.arapiraca.al.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/lei22202001instituiocodigodeobraseedificaesnomunicipiodearapiraca_1.pdf. Acesso em 10 de abril de 2018.

_____. Lei n. 2.424, 23 de janeiro de 2006. Institui o plano diretor participativo do município de Arapiraca. Disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/LEI24242006PLANODIRETORMUNICIPALDEARAPIRACA.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2018.

BRASIL. Lei n. 4.591, 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4591.htm. Acesso em 10 de abril de 2018.

_____. Lei n. 6.766, 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6766.htm. Acesso em 10 de abril de 2018.

_____. Lei n. 13.465, 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar no 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei no 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em 10 de abril de 2018.

BRONFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In: FRIEDMAN, S.L.; WACKS, T. D. (Org.). *Conceptualization and Assessment of Environment across the life span*. Washington DC: American Psychological Association, 1999. p. 3-30.

_____. Lewinian space and ecological substance. In: BRONFENBRENNER, U. (ed.). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. California: Sage Publications, 2005a, p. 41-49.

_____. A future perspective. In: BRONFENBRENNER, U. (Ed.). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. California: Sage Publications, 2005b, p. 50- 59.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRUZ, W. J. A. *Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de casos em um aglomerado de Belo Horizonte*. 2010. Belo Horizonte. MG. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais.

DAMASCENO, A. et al. Análise Espacial do Desenho Urbano Contemporâneo: O Processo de Evolução da Ocupação Urbana a partir da Expansão dos Empreendimentos Privados em Arapiraca/Al, Brasil. In: 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 2016, Maceió. *Anais...* Maceió, p.1-12, 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População de Arapiraca censo de 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>> Acesso em janeiro de 2018.

FERRELLI, R. Coesão social como base para políticas públicas voltadas para a igualdade em saúde: reflexões desde o Programa EUROsociAL. *Revista Panamericana de Salud Pública*, p.272-277, 2016.

NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE CRIMINAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS (NEAC). *Boletim Anual da Estatística Criminal, Ano 2018*. 2019. Disponível em: <http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/217_arquivos.pdf>. Acesso em: 30/10/2019.

- POL URRUTIA, E. Forma Urbana, identidad y cohesión social. *XVI Congreso de Estudios Vascos: Garapen Iraunkorra-IT.*– Donostia: Eusko Ikaskuntza, p. 16-23, 2006.
- SAMPSON, R.; RAUDENBUSH, S. W.; EARLS, F. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science*. Vol. 277. Chicago, August, p. 918-924, 1997.
- SCIOTA, A. A. *Critérios de Avaliação de Morfologia Urbana em Modelos de Segregação Residencial*. Tese (doutorado em Urbanismo). Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2016.
- SENNETT, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2018. 378 p. Tradução: Clóvis Marques. 4ª edição
- SILVA, R. D. A. *La contribución de la planificación urbana e la dinámica de las ciudades al desarrollo local a través de la formación de capital social: un estudio de caso en Maceió/AL (Brasil)*. 2010. Castellón de la Plana. Instituto Universitario de Desarrollo Local.
- VALERA, S. Espaço privado, espaço público: dialéticas urbanas y construcción de significados. *Tres al cuarto*, n.6, p.22-24, 1999.

NOTA DO EDITOR (*) O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).